

CPI - FOSFOETANOLAMINA

28.02.2018

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**CPI - FOSFOETANOLAMINA****28.02.2018**

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar as razões que motivam o Estado a não dar continuidade às pesquisas para liberação da substância fosfoetanolamina sintética, produzida por cientistas do campus da USP de São Carlos.

Registro a presença dos Srs. Deputados Ricardo Madalena, Rafael Silva, Gileno Gomes e Márcio Camargo. Solicita ao secretário que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Pela ordem.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Peço dispensa da leitura da Ata da última sessão.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - É regimental. Está dispensada a leitura. Ordem do Dia. Primeiro vamos deliberar os requerimentos apresentados.

Item um. Requerimento 39, do deputado Ricardo Madalena, requer que seja solicitada à Câmara Técnica de Clínica Médica do Cremesp as seguintes informações; nomes e CRMs dos componentes da Câmara Técnica de Clínica Médica e número de componentes que fazem parte dessa câmara. Que envie manifesto assinado pela referida câmara, se foi discutido em plenário e teve anuência de todos. Em caso afirmativo, cópia da anuência.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente. Só complementar o que o senhor leu. O Cremesp, através do Conselho de Medicina,

abordou um manifesto criticando a instalação da nossa CPI. Então eu pedi para que mandasse para nós essa câmara que pertence ao Cremesp. Só isso.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Também queria recordar ao deputado que o objeto dessa CPI é juridicamente limitado. Nós estamos fiscalizando a aplicação dos recursos públicos do Estado na pesquisa. Foi feito um protocolo, aprovado nas entidades competentes do ponto de vista ético e médico da Anvisa, para que fosse feito. Estamos apenas avaliando todos os elementos que participaram, se foram cumpridas as etapas previstas no protocolo de pesquisa.

Na verdade, não estamos aqui discutindo medicina, farmacêutica ou remédio. Estamos discutindo se o dinheiro foi bem aplicado e se foram cumpridas as etapas, principalmente na questão dos procedimentos, na rastreabilidade, já comprovados como foram conduzidas. Nosso interesse único é que dê continuidade a essas pesquisas.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente. Quero endossar suas palavras, e complementar. Nós não estamos aqui para dizer se a fosfoetanolamina funciona ou não. E sim para apurar se houve negligência da equipe do Icesp, e se o dinheiro público foi bem investido.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado o requerimento. Obrigado.

Hoje nós tínhamos convocado o Dr. Antonio Carlos Buzaid, chefe geral do Centro de Oncologia do Hospital São José. Por desencontro de correspondência e endereço, ele só recebeu a convocação ontem. Ele nos solicitou que fosse transferido para a próxima semana. Se alguém tiver algum problema, podemos aprovar. Também convocamos a Dra. Alessandra Carmelinos da Torre, também justificou a ausência e virá na próxima semana. E temos aqui hoje a convocação da Dra. Regina da Silva Monteiro, que será nossa depoente do dia.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para motivo de informação, as pessoas convocadas que não comparecem podem ser conduzidas coercitivamente para prestar testemunho nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Obrigado. Queria comunicar aos presentes que essa sessão está sendo transmitida ao vivo pela TV Alesp e pela internet. A Dra. Regina Monteiro trabalhou conosco nessa pesquisa junto ao Icesp como auditora. É médica desde 1975, parabéns.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Eu não tinha nem nascido, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Eu já trabalhava como engenheiro. É professora de medicina desde 1980 na PUC do Rio Grande do Sul, e posteriormente na Universidade Federal de Pernambuco, trabalhando na reforma curricular dos cursos de medicina. No início da carreira ela fez especialização em gastroenterologia e psiquiatria. Mas logo em seguida ampliou sua formação em outras áreas do conhecimento, estudando antropologia, psicoterapia, ciências sociais e educação médica. Nos últimos anos dedicou-se aos estudos das neurociências aplicadas às diversas áreas da saúde, incluindo oncologia.

Atualmente é professora e pesquisadora do Instituto Piero Pasolini - Estudo e Pesquisa Transdisciplinar em Saúde, fundado por um grupo de professores universitários do qual faz parte. Dra. Regina, a senhora tem um...

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Pela ordem.

O SR. - Eu só queria comunicar a presença do prefeito regional de Guaianazes, Dr. Francisco, conhecido como Chiquinho 90, que veio apreciar nossa CPI. É um grande amigo da cidade de São Paulo, e muito interessado no assunto.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Seja bem-vindo. Espero que participe, porque tem liberdade de fazer perguntas, se quiser. Dra. Regina, faça o favor de prestar seu juramento.

A SRA. REGINA MONTEIRO - Eu, Regina Monteiro, infra-assinado no RG 59806110, São Paulo, exercendo o cargo de médica e pesquisadora no Instituto de Pesquisa Transdisciplinar Piero Pasolini, fui convocada a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha, e com fundamentos nos artigos 203 e 18 do Código de Processo Penal, combinados com o parágrafo dois do Art. 13 da constituição do Estado, e com o artigo três da lei estadual, de dez de abril de 2012. Declaro que fui advertida a dizer a verdade, sob pena de incorrer no crime previsto no artigo quatro, inciso dois da lei federal 15.079, de 18 de março de 52. São Paulo, 28 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Dra. Regina, agradecemos pela sua presença. Sabemos que a senhora tem colaborado nesse trabalho, como médica e auditora indicada no grupo. A senhora tem conhecimento da pesquisa formulada no Icesp? O protocolo que foi aprovado pela Comissão de Ética Médica da universidade e depois pelo Estado? A senhora teve acesso?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Com certeza, tivemos acesso logo nas primeiras reuniões de auditoria.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Ótimo. Durante seu trabalho de auditoria externa, a senhora funcionou como auditora que acompanhou os trabalhos. E nas reuniões que a senhora participou e foram lavradas atas, algumas até filmadas, tudo que os auditores apresentaram no acompanhamento, principalmente em relação às não conformidades apontadas, foram atendidas?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Talvez um enquadramento sobre o papel dos membros da comissão de auditoria. Existem os auditores, técnicos, médicos, o pesquisador aqui presente, Dr. Durvanei. O professor Gilberto achou por bem ter representantes dos pacientes, dos grupos organizados que traziam as causas dos pacientes. Então era uma reunião um pouco atípica em relação à quando são só auditores de forma para um produto de uma indústria. Não era só do campo técnico.

Esponaneamente houve uma divisão de tarefas sim. Tudo que era processo, o caminho feito pelo paciente, desde a informação para a primeira consulta e toda a evolução, foi formada uma planilha eletrônica e ali registrado todas as conformidades e não conformidades. Eu não vou me ater muito a isso porque já foi muito bem explorado nos depoimentos anteriores, e até me reservei mais à parte técnica. Mas eram não conformidades.

Se servir de exemplo algumas, não quero dizer que toda a pesquisa seja assim, são pessoas sérias e de fé pública. Mas por exemplo, tinham laudos de tomografia confusos, pacientes cujo nível de enzimas hepáticas estavam alterados e foram atribuídos à fosfo. Mas que na verdade era por uso de anti-inflamatório prescrito pelo ortopedista por outros problemas. Às vezes por omissão de dose. No período de Natal, por exemplo, uma paciente ficou até dia cinco de janeiro sem tomar as doses necessárias. Ou então suspensão do uso da fosfo em vista de alteração na função renal, ou hidronefrose, porque o paciente precisou passar por algum procedimento.

Ou seja, a quantificação desses dados eu creio que já foi apresentada. Eu trouxe...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Eu não entendi. Se constatou em alguma pessoa algum efeito colateral? Foi isso que você quis dizer?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Não. Foi atribuído... Qual é o resultado final? Se houve ou não aumento do tumor, e comentarei isso daqui a pouco ou não, ou foram afastados alguns do estudo. Existem muitos fatores e detalhes que precisam ser considerados, e quem sabe até já foram retirados do cálculo final. O importante agora é o cálculo final.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente, poderia tecer uma pergunta? Esses pacientes que a senhora está se referindo, que tiveram suspensão ou omissão, interrompeu, eles fazem parte dos 72 que foram mencionados nos testes dados resultados?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Como estou lhe dizendo, essa parte de não conformidade ficou com o outro grupo. Vou falar depois do método. Não sei, pode ser que sim ou não. Mas é provável que eles tenham sido afastados, é justamente esse o

enfoque. Foram afastados do estudo como se fosse por efeito da fosfo, e na verdade eram por outros problemas. Citei quais.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Mais uma pergunta. Primeiro, o protocolo de pesquisa dizia que seriam estudados dez tipos de tumores, com amostragem de 21 pacientes por tipo. Seria uma pesquisa feita com 210 pessoas. E ao invés de dez tipos, parece que estudaram meia dúzia, ou sete. No total foram 72 pessoas pesquisadas. Tivemos aqui o depoimento do Dr. Sérgio Simão, presidente da Sociedade de Oncologia Clínica Brasileira, dizendo que uma amostra de sete, oito pacientes, era insignificante e desprezível, e você não poderia tirar nenhum tipo de conclusão em cima dessa amostragem. Tecnicamente havia critérios estatísticos divulgados sobre isso?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Não procede, isso é uma falha muito grave. Vou dar um exemplo. Às vezes gosto de usar metáfora para os leigos entenderem. Vamos supor que nas Olimpíadas tenha um número X de atletas, 300, e em cada equipe tenha 20. E no final tem o jogo, e você diz que só 23 conseguiram medalha. Não diz em que categoria eles conseguiram, e nem de que modalidade. Esse é o caso dessa estatística. O que é sério e me fez sofrer, e fiquei penalizada, é que na última reunião da auditoria ficou muito claro, repetido e escrito como seria o resultado da pesquisa.

Depois de muita discussão, mas uma discussão saudável, ouvindo todos, sejam auditores técnicos, como representantes dos pacientes, e coube até a mim insistir, como fica a frase final? Nessa dose e nessa situação em pacientes de colo retal previamente tratados com histórico de exposição prévia à outras drogas, em todos esses testes apresentando progressão de doença mais de um, e refratários a utilização de quimioterápicos, não houve resposta. Simplesmente isso.

Um caso de melanoma com 13 pacientes, em que ainda iria colocar oito, não foi nem completado. E não poderia somar todos como se fossem os atletas das Olimpíadas que fizeram jogos, etcetera. Essa é uma das coisas que mais me fez sofrer, porque tenho muito respeito pelos colegas e reconheço a competência. O relacionamento de trabalho sempre foi bom, mas fiquei perplexa, sobretudo com a nota da imprensa que mais tarde falarei melhor.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Estou vendo aqui no seu currículo que a senhora fez especialização em gastroenterologia. Gostaria que a senhora explicasse se está correta a seguinte afirmação, os pacientes que já foram submetidos à quimioterapia intensamente, como foi o caso de todos os pacientes colhidos, que já estavam em fase que chamamos de compassíveis, na hora que tomaram uma vitamina, a fosfoetanolamina, se o intestino teria condições de absorver isso, ou não teria mais?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Nós como auditores não tínhamos o contato direto com o paciente. Mas pela prática clínica, um dos maiores órgãos do organismo, senão o maior é o trato digestivo, com quatro metros, revestido de uma mucosa que não é só do intestino. Assim como temos a pele externa que reveste todo o corpo, temos a pele interna que reveste todas as cavidades internas, Rinite, sinusite, gastrite, e cada sintoma vai para um médico. Mas é um único problema, do revestimento interno das cavidades.

Um paciente nesse estado é muito provável, senão com certeza, mas precisaria fazer, porque aí é que entra a variabilidade, a individualidade biológica e bioquímica de cada paciente. Mas é muito provável que a maioria tenha uma absorção na mucosa. Se fizéssemos aqui nessa sala, a maioria teria, pela idade, tipo de alimentação e sobretudo pelo nível de estresse. Quem tem câncer, tem alto nível de estresse.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Entendi, mas a pergunta seria, nesse caso, imagina eu fazendo um tratamento desse nessa fase, poderia ser aplicado de outra forma. Ao invés de ingerir, seria injetável.

A SRA. REGINA MONTEIRO - Essa é a proposta do nosso grupo de trabalho, estudar outras vias. A via anal com supositório, intravenosa. A via oral é muito...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Em nosso trabalho também constatamos a questão da produção da síntese da fosfoetanolamina, que foi feita em Cravinhos, na PDT. Ela produzia, colocava num saco de 30 quilos, fazia a análise química e trazia para a FURP. Ao receber os 30 quilos, a FURP fazia cápsulas de 500 miligramas. Pelo maquinário moderno e velocidade de encapsulamento, eles tinham problemas de produção. Então foi introduzido um material dito incipiente

que era misturado para permitir essa inclusão das pílulas. Saindo da FURP esse material era entregue no Icesp.

A análise química não levou em conta as cápsulas. Eles mandavam saindo de fábrica. Então nós já concluímos que é uma falha muito grande, porque ao introduzir o material inerte, você muda a composição e deveria ser feita a análise química. E também entre os materiais aplicados, parece um silicato qualquer que é bem inerte, mas existe outro elemento químico.

A SRA. REGINA MONTEIRO - Estearato de magnésio.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Sim, que já tem trabalho científico publicado nos Estados Unidos, e altera o material. Tem um efeito dentro do material. E nós também julgamos ser uma falha muito grande.

A SRA. REGINA MONTEIRO - Muito grave. Eu até anotei algo a respeito, porque esse material reduz a dissolução e absorção do fármaco. Outra coisa que é muito importante, o ácido estearato suprime as células naturais, que são chaves no sistema imunológico. Ele provoca o colapso da membrana celular, da integridade. Então com certeza não há má fé. Eu assisti os depoimentos, e que fique bem claro, é uma situação complexa e difícil de lidar em todos os segmentos. Os colegas do Icesp, farmacêuticos, o chofer que veio o motorista, nós auditores.

Mas com certeza, para que pudesse ter a liberação dessa substância, precisava passar por toda a bateria de aprovação das toxidades, etcetera. Então isso é muito importante que seja colocado.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente. Não foi feita uma contraprova após o encapsulamento? Vocês fizeram a solicitação, foram atendidos?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Isso já foi relatado aqui, que um dos nossos auditores mais jovens, o Dr. Guilherme, foi fazer esse levantamento. E depois teve todo aquele protocolo que tinha que enviar para a Secretaria da Saúde. Mas na prática não foi feito.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Não foi feito. E a senhora acha que poderia influenciar nos resultados, a cápsula sendo substanciada desses excipientes? Poderia mudar a posologia?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Olha, em ciência não usamos o “acho”. Vou me referir sempre às informações. Não acho nada, porque sem ter feito a contraprova não posso dizer. Mas que há evidências ou probabilidades, com certeza.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - E doutora, o material entregue ao Icesp ficava guardado na farmácia e era distribuído aos 72 pacientes que se submeteram ao estudo. A pergunta é o seguinte, o material entregue aos pacientes, estatisticamente, pelo protocolo de pesquisa, deveria ter sofrido uma análise química para ver se o que você está dando ao paciente corresponde ao que se pretende? Havia essa previsão dentro do protocolo de pesquisa?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Não acompanhei. Acompanhei aqui a questão da rastreabilidade, e quando quisemos estudar amostras aleatórias das cápsulas para ver o que o paciente estava recebendo, foi o que relatei. Agora os passos anteriores não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Nós estivemos em vistoria lá no Icesp, verificamos a rotina do recebimento, tudo isso, e esta Comissão pediu para verificar os protocolos dos pacientes. Fomos impedidos por alegação do Código de Ética Médico, da relação paciente/médico, para ver se poderíamos ter acesso a esses documentos. Ao mesmo tempo pedi que nos fornecessem algum tipo de amostra das pílulas de fosfoetanolamina sintética armazenadas lá, e eles alegaram que o material pertencia à Secretaria da Saúde, e que deveríamos requerer para eles.

E também constatamos uma grande quantidade de pílulas já com prazo de validade vencendo agora em fevereiro. Ou seja, essas pílulas não foram utilizadas e estão perdidas. Queria só deixar registrado que em nossa visita não pudemos ter acesso a meia dúzia de pílulas para trazer e mandar fazer exame, e também não pudemos ter acesso aos arquivos dos 72 pacientes que foram estudados. Pelas informações que nós recebemos, dos 72 pacientes que foram escolhidos e eram compassíveis - eu perguntei para o ministro da Saúde o que é paciente compassivo, e é aquele que você tem

compaixão. Já fizemos tudo por ele e não conseguimos nada, então qualquer coisa que fizer é possível. Esse é o conceito. Então não tivemos acesso nem aos arquivos, porque da relação médico/paciente eram confidenciais. Então só para comunicar a senhora.

Com a palavra, deputado Gileno Gomes.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Pela ordem, presidente. Queria fazer duas perguntas para a Dra. Regina Monteiro, auditora. As reuniões dos auditores eram gravadas ou existiam atas?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Formalmente não, nunca soube de gravações e muito menos atas. Vou lhe dizer um fato que até me surpreendeu muito e me causou espanto, quando nós do grupo de auditores técnicos tivemos acesso ao protocolo, levei um baque. Porque é um protocolo simplificado, com poucas possibilidades de avaliar o estudo, porém reconhecido internacionalmente. Que pena que seja reconhecido internacionalmente, um protocolo que não dá conta de explicar o fenômeno, e direi como.

Vendo esse protocolo, eu e outros colegas nos desanimamos. “O que vamos avaliar aqui, se de cara o protocolo não dá conta do estudo? ”. E vou dizer quais são os pontos, para responder à questão da gravação. O protocolo trabalha com o método Recist, que analisa a progressão do tumor pelo tamanho. Qualquer tumor. Então imagina que se quer medir a temperatura da água, você usa fita métrica. É um exemplo grosseiro, mas é porque tenho meu lado de brincar com metáforas. A mensuração não explica o metabolismo do tumor. Isso já de cara, segundo essa questão do escalonamento de tipos de tumores que são totalmente diferentes uns dos outros.

E o terceiro e chave era a ausência de farmacocinética. Não se pode fazer opinião em doses. Então logo na segunda reunião, de minha parte tenho na agenda todo o passo a passo, coloquei, “como vamos saber qual é a dose sem farmacocinética? ”. Respalhada pelos outros colegas e tudo. E a resposta, que também não creio em má fé, mas questão de perspectiva. “Não tem dinheiro, não tem verba, quem vai fazer? ”. E isso eu tenho anotado. Não é uma ata, mas são anotações pertinentes. E eu coloquei, “mas pelo menos dez pacientes, algo que tenhamos noção”.

O coordenador da mesa chamou o colega que depôs aqui, todas as pessoas são solícitas, favoreceram nossa entrada, eram abertas. Do ponto de vista do pessoal da equipe, ao menos para mim nunca houve nenhuma restrição ou má vontade. “Anote aí

para mandarmos fazer pelo menos dez em Campinas, tenho a data”. Qual foi a minha surpresa, quando no final dessa primeira fase do estudo, no qual iríamos dar um retorno ao público, eu perguntei, “e como ficou com Campinas? Conseguiram? ”, aí a pessoa, “Ahm? ”. Quer dizer, nem lembrava, ninguém anotou. Então essa é a questão das atas e do registro. Eu não sei. Só sei que muitas coisas que combinamos, não estavam registradas, porque não houve retorno.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente. Aproveitar o gancho aqui.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Só para encerrar, porque faltou uma pergunta.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Mas só para aproveitar o gancho da pergunta do nobre deputado Gileno Gomes. Os auditores participavam da elaboração do protocolo de pesquisas? Dos estudos apresentados ao Conep? Foi mostrado a vocês, para aprovação antes de remeter ao Conep?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Não, porque nós entramos já com alguns meses que estava ocorrendo. É por isso que tomamos um susto. Mas esse protocolo...

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Então os auditores não tiveram conhecimento do protocolo dos estudos antes de ser enviado ao Conep?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Não, mas não houve boicote. É porque pegamos o bonde andando.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Todos os auditores?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Todos. Agora, a questão que depois viemos retroativamente compreender é que esse protocolo, embora tenha sido comunicado ao inventor, o professor Gilberto Chierice, ele não deu anuência. E não estava de acordo com os critérios de elegibilidade. Então já tinha passado essa fase e nós começamos a partir de quando já tinham feito a primeira fase da toxicidade e estava pronto. Aí

começou esse desânimo, “como vamos avaliar um protocolo que não vai dar conta do estudo?”.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Obrigado, Gileno.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Doutora, outra pergunta aqui. A senhora acredita que os dados apresentados no relatório da segunda fase possibilitaram tirar conclusões científicas sobre o benefício ou não da fosfoetanolamina sintética?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Eu respondi anteriormente e já antecipei, não. Absolutamente não.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Presidente, é só isso. Só registrar a presença do vereador e presidente da Câmara de Leme, Ricardinho.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Está nos acompanhando em todas as sessões, se especializando no assunto. Muito obrigado. Só para fechar sua palavra com a doutora, o projeto de pesquisa envolve conhecimentos especializados, e inclusive refinados dentro da legislação vigente. Não caberia aos auditores participar da elaboração desse projeto.

Depois que ele foi aprovado pela Comissão de Ética Médica e voltou, tomaram conhecimento do protocolo do projeto de pesquisa. Eles acompanharam o que estava aprovado. Não caberia a eles participarem da elaboração disso. Nosso objeto é exatamente verificar com a auditoria, que nos enriquece o conhecimento, se foi seguido o projeto de pesquisa que foi aprovado. Com a palavra, deputado Rafael Silva.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Professora, falo professora porque uma vez eu estava com um deputado federal em Brasília, há muitos anos, e fui conversar com o Carvalho Pinto, que tinha sido governador do Estado e secretário da Fazenda. Ele era senador, não sei se biônico, não me lembro. Chamei ele de governador porque carregava o título mais importante. “O senador chame de professor, porque vai ficar imensamente satisfeito”. O grupo dele orientava para chamar de professor, era um orgulho muito grande. Por isso a chamo de professora.

Eu tinha um vizinho, tinha 17 anos o rapaz. Gostava de jogar bola, imagina esse cara aceso, simpático, sorridente, que conversa. Tinha uma vontade de viver. De repente no final do ano ele quebrou a perna jogando bola, e ficou em casa com a perna quebrada. Ele ficou naquela ansiedade porque ele queria viver. E aí foi tendo um problema, não sei se ele tinha algum problema de cabeça, algum defeito. E resumindo, ele travou, não conseguia abrir a boca. Chamaram um médico, olhou, receitou um remédio que não existia nada. O médico veio na ambulância. E a família simples não falava conosco, “a situação dele está grave”. Aí levou para o hospital e o médico falou, “vocês trouxeram ele muito tarde e chegou numa situação lamentável”.

Ele não tinha câncer, essas coisas terríveis que existem. Mas ele ficou internado uns 20 dias, não sei quanto tempo, e morreu. O médico falou, “vocês trouxeram ele muito tarde”. Não sei qual era o problema, eu devia ter procurado saber na época, mas não procurei. Então, “vamos dar a fosfoetanolamina sintética para paciente que já tentou de tudo e não dá mais nada. É um milagre”. Quem sabe essa substância represente um milagre. Antigamente as pessoas usavam, e muitas vieram aqui na Assembleia, e tive contato com muitas delas.

Tomavam morfina, prendia o intestino, dava outros efeitos colaterais, enquanto a fosfo não encontrei ninguém que pudesse ter acusado um efeito colateral. Ninguém. Aí de repente foi proibida, o secretário da Saúde não queria ver a fosfo em sua frente. Ele não queria discutir se era bom ou ruim, simplesmente não aceitava. E outras pessoas também não aceitavam, então ela deixou de ser utilizada por pessoas comuns que buscavam alguma solução. A senhora falou em metáfora, e aprendemos muito a falar nisso. Na filosofia aprendemos a ter uma extensão da capacidade de reflexão, e a metáfora é importante.

Será que esses pacientes que estão sendo apresentados para a fosfo já não estão num tempo muito além daquilo que deveria ser? Eu não sei. Se nenhum remédio conseguiu até hoje... Sabemos que existem remédios maravilhosos que custam caro, inclusive, mas remédios que resolvem muitos problemas de câncer. Eles falam até padrão ouro. Existem remédios, sei porque tenho um parente meu que ocupa cargo importante em laboratório, e ele falou que tem esses medicamentos que custam uma fortuna, mas que resolvem. Lógico que depois de um tempo tem que voltar, analisar, acompanhar. Então se remédios maravilhosos não conseguiram, vamos tentar com a fosfo e não vai conseguir também.

A senhora não acha que a utilização da fosfoetanolamina sintética deveria acontecer para muitos pacientes antes de eles chegarem a esse estado terminal e compassivo? Se fosse antes, ela não poderia apresentar resultados positivos? Isso é imaginação isso, porque como foi dito aqui não estamos afirmando que a fosfo cura ou deixa de curar, é boa ou não. Mas não acha que os pacientes deveriam utilizar a fosfo antes dessa situação lamentável, que é quase impossível de reverter?

A SRA. REGINA MONTEIRO - O senhor está tocando num ponto muito sério e delicado. Os colegas, até alguns que se pronunciaram aqui de outras entidades, explicaram que uma droga em estudo, não se conhecendo os efeitos, não pode ser aplicada num paciente que não está doente tão grave. Enfim, isso é um dilema ético. Se de um lado não se pode colocar em risco quem é hígido para testar uma droga desconhecida, de outro lado, se o organismo já não tem reserva funcional, está com os mecanismos de regulação disfuncionais, níveis de estresse físico, psíquico e assim por diante, totalmente desequilibrado, qual vai ser...

O que queremos estudar com aquela substância? O efeito ressurreição? Desculpa, eu brinco de novo. Mas realmente a comunidade científica se debate com um dilema ético. No caso da fosfo, já existia um grande número de pessoas e relatos com melhora, seja do estado geral, sobretudo nos principais sintomas, a dor, a energia, redução de tumores, eu mesma acompanhei vários pacientes que vinham com liminares, e a advogada que hoje deveria estar aqui também, preocupada. “Como eles vão tomar a fosfo sem ninguém mensurar e acompanhar?”, e me pediu. Isso muito antes da polêmica. Eu tenho todos esses prontuários com toda a documentação.

A primeira hipótese que colocamos, e até foi colocada pelo diretor da Sociedade de Oncologia, era para ter estudado esses pacientes. Eles estão lá nos arquivos, alguns já faleceram depois de suspender a fosfo. Essa era a conduta. No entanto, não sei, me permitam, mas vou fazer uma interpretação um pouco antropológica, que minha formação ajuda entender. Se já foi demonstrado que não tem toxicidade, se tem efeitos positivos era para ser estudada. Não tinha que entrar em questões de disputa de certo ou errado.

E essa é outra metáfora, saiu na Revista Piauí logo no início uma charge muito grande, que tinha uma procissão, ainda na época da presidenta que aprovou, e o andor à hostia era a pílula milagrosa da fosfo. Tinha de um lado os cientistas, médicos e instituições criticando, e de outro lado os pacientes jogando flores. Eu achei genial,

porque esse é o imaginário cultural do nosso povo. O professor foi considerado pajé, mas esse mesmo constructo é para qualquer classe. Também nos hospitais grandes de câncer, dos grandes estudos é a mesma coisa. Nas novelas da Globo tem vilão, mocinho, vítima.

O que nós encontramos em outros níveis que fomos fazer a auditoria é a mesma coisa. Tem a procissão, todos os médicos de branco, o messias vem colocar a certeza. O deputado está me fazendo um sinal, mas essa metáfora nos ajuda a nem condenar a fosfo, porque ela tem sim, por nossos acompanhamentos, ações proliferativas. E nem colocá-la como a panaceia de todos os males, porque ela é um fosfolípido. E tudo no organismo precisa trabalhar em constelação. Esses são os estudos que estamos fazendo com o professor Durvanei, em que ele trabalha o metabolismo intracelular, e nós trabalhamos o supracelular e multisistêmico. Tem que entender os caminhos da fosfo, que é o que não foi feito na instituição.

Já falei isso para os colegas lá, não estou falando por trás. Foram esses os nossos depoimentos nas reuniões.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Encerrando minha participação, estou gostando muito da senhora porque também tenho formação nessa hora de reflexão, filosofia, sociologia, tenho graduação e pós. Eu acho importante. E a metáfora, a comparação e a pergunta que se faz, eu só respondia perguntando. E estou admirado com seu aspecto humano, a senhora não é apenas uma profissional competente. A senhora é gente no aspecto mais positivo possível.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Com a palavra, o deputado Ricardo Madalena.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Quero cumprimentar meus pares Márcio Camargo, Gileno Gomes, Rafael Silva, propositor desta CPI..

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Pela ordem, deputado. Só queria comunicar a presença do nosso deputado Ed Thomas, que também veio enriquecer.

O SR. ED THOMAS - PPS - E pela ordem, presidente. Só não pude comparecer antes porque faço parte da CPI Ethos, que foi deflagrada pela Polícia Civil no escândalo do Condepe e nos direitos humanos, que envolveu Ministério Público, prisões. Se eu saísse naquele momento da CPI, cairia nossos trabalhos, porque é necessária a presença de deputados. Sempre muito importante participar aqui. Nesse instante não vou comparecer na Comissão de Segurança Pública, que faço parte, porque estou aqui. Não dá para estar em todos os lugares. Tem quem não trabalha, mas tem muitos que trabalham.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Concluindo então, cumprimentar o idealizador desta importante CPI, Rafael Silva, nosso amigo e deputado Ed Thomas, e o senhor que vem conduzindo muito bem esses trabalhos, deputado Roberto Massafera. Dando continuidade, eu gostaria de saber se o cálculo estatístico que nós temos, aproximadamente 59 pacientes que foi dado resultado dos testes em março de 2017, para dez cortes... 72 começaram, mas o resultado foi 59. Temos 59 para um total de dez cortes. Vou mencionar algumas cortes; cabeça e pescoço, três pacientes. A pesquisa junto ao Conep dizia 21 pacientes.

A SRA. REGINA MONTEIRO - Mas isso já foi respondido.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Vou chegar lá, só um minutinho, por favor. Três pacientes em cabeça e pescoço; pulmão, três pacientes; mama, 12 pacientes; útero, seis pacientes; estômago, três pacientes; fígado, um paciente. A senhora acha que tem confiabilidade o resultado das pesquisas abaixo de 14 pacientes, que é o que o renomado oncologista, Dr. Sérgio Simon, disse que não dá confiabilidade. A senhora concorda?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Concordo plenamente, o resultado é inconclusivo.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Ok. A senhora acha que a falta de farmacocinética, gostaria que repetisse, se já disse anteriormente, poderia comprometer o resultado da pesquisa?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Só pode comprometer. Não existe estudo e explicação se não tiver a farmacocinética.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - A senhora acha que o achismo compromete o resultado da pesquisa? “Ah, toma cinco, toma três, uma”, não fazendo a farmacocinética isso poderia comprometer com certeza?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Não vou dizer que acho, senão caio no achismo. Não procede.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Não procede o quê?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Esse cálculo, não tem fundamento.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Ok. A senhora tem ciência de que em 20 anos o professor Gilberto administrou a pílula para as pessoas que necessitavam e/ou procuravam gratuitamente, e sempre recomendou após o café, almoço e jantar?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Ciência eu tenho. Nós quando entramos em contato com ele, esse foi o dado. Mas ele também sempre solicitava estudos que confirmassem ou não a dosagem. Isso é o que se espera da nossa pesquisa.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Como auditora, a senhora foi comunicada e participou da coletiva de imprensa no dia 31 de março de 2017, para dar o resultado dos testes à população?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Participei. Deixa eu ver minhas anotações.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - De antes ou depois?

A SRA. REGINA MONTEIRO - De durante. Antes da coletiva de imprensa nós tivemos uma reunião com a monitoria técnica e a representação dos pacientes. Quando nos foi apresentado esse quadro, os mesmos comentários que estamos fazendo aqui, fizemos também na discussão dos dados, que os números não podiam ser cumulativos,

porque era uma corte só. Corte significa o grupo de pacientes com colo retal. E os dados são esses, não tem condições de outros.

Quando percebemos a preocupação, e que poderia ter a tendência de fazer dar uma resposta cumulativa, nós todos fomos unânimes, e eu foi uma das primeiras que colocou a preocupação de não dar essa notícia de forma cumulativa. Eu até li antes a frase que era para o fim, era para dizer que aconteceu isso exatamente na corte de colo retal, com pacientes que já tinham sofrido, feito outros tratamentos. A frase foi construída e aderida, o colega disse, “vamos falar só sobre o colo retal”. Então qual é o espírito quando saímos dali? “Puxa vida, vai dar um trabalho estudar essas cortes, mas pelo menos estamos no início e vamos investigar”. Houve até uma recomendação, “não se assustem com os dados, pareciam até meio desafinados, destoados”.

Tem que considerar que como tinham os leigos juntos, as reuniões às vezes eram magnânimas, porque os leigos faziam perguntas fora... Por exemplo, sugerindo ômega, algumas coisas, e víamos a postura do colega. Mas somos profissionais, temos anos de estudo e tínhamos outras propostas e questões a fazer. E às vezes essa auditoria ficava confusa. Mas essa frase foi muito usada, e está registrado. De repente surgiu a coletiva de imprensa, e qual foi nosso susto? Primeiro, não fomos comunicados do dia. E a gravidade da situação é que nem o professor inventor... Temos que analisar como uma tríade, tem quem faz a pesquisa, um funcionário público do governo, um médico competente; tem o patrocinador da pesquisa, que é o Governo do Estado; e o inventor da fórmula. É um trio.

O funcionário público, professor que pesquisa, deve comunicar para quem encomendou a pesquisa. Então de repente tem uma coletiva de imprensa, nem os auditores foram avisados, nem o inventor, e nem o Estado. E aí é que veio o ponto doloroso. Até então trabalhamos muito cordialmente, lutando, se ajudando. Mas nesse dia foi um impacto, porque a notícia foi dada não da forma combinada, sem ética, porque não respeitou esse escalonamento, e coloquei algumas coisas aqui. Eu fiquei sem dormir, fiquei pasma. Quando terminou, fui ao encontro do meu colega, na sala dele, e queria olhar nos olhos, “o que aconteceu? Você fez exatamente o contrário do combinado”. Ele não estava mais, e deixei um bilhete.

Nossa luta não é contra ninguém, mas por algo. E eu queria muito olha-lo nos olhos e dizer, “o que aconteceu? Por que você fez isso?”. Não avisou o dia da coletiva... Amigo, não entro em juízo de valor, mas estou colocando com convicção aquilo que acredito. Quando ele nos viu na sala da imprensa, tem umas coisas que aprendemos na

formação e psicologia, com todo o respeito pela pessoa, gaguejou, nem sabia dizer, nem fez contato visual. Então vimos que foi uma situação constrangedora nossa presença ali. A divulgação eu já falei.

E as duas coisas mais sérias, publicar os dados sem antes entregar ao inventor e patrocinador, e a última coisa. Quando orientamos um pesquisador, um aluno para doutorado, existem técnicas de redação. A última fase de um estudo deve responder a primeira pergunta do trabalho, o que estudamos, como fizemos o estudo, a metodologia, e não se pode usar adjetivos. O estudo foi feito com essa intenção, usando tal metodologia, e até o mesmo apenas uma corte foi preenchida, sem a resposta, e a seguinte apresentou um caso. É isso.

Se vocês verem no Youtube, existe uma conotação. “Infelizmente”, esse adjetivo não cabe aqui.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - É antiético?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Eu nem sei o que dizer. Não posso te dizer incompetência, porque a pessoa tem fé pública. Mas isso pode minar a fé pública, porque está muito clara a entonação. Meu objetivo aqui na CPI não é acusar nem punir ninguém, mas deixar claro coisas que nós vivenciamos, disposta ao diálogo. Não sei se o senhor tem mais alguma pergunta, porque quero dar uma...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Só para completar a sua fala. Nesse comunicado à imprensa, ficou estabelecido que as pesquisas estavam encerradas.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Ele diz isso no dia 31, né?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Na entrevista, não ficou falado?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Não, aí que está. A entonação benevolente, “infelizmente os dados não correspondem”... É só ver no Youtube. “Podemos dizer que nessa dose é ineficaz”.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Não falou que estava encerrado. Mas logo em seguida nós tivemos uma carta, uma documentação do secretário da Saúde pedindo à USP para liberar o professor Salvador, que estava designado para acompanhar a síntese da fosfoetanolamina lá no laboratório da PDT em Cravinhos. E nessa documentação o secretário devolve ao Dr. Salvador, alegando o término das pesquisas.

A SRA. REGINA MONTEIRO - Ok, vamos lá. Esse é o release da imprensa. Vou comentar uma frase e já lhe passo. Como eu falei, o atordoamento por ter vivido, até quando terminou a coletiva eu fiquei tão pasma que me levantei, estava de branco como médica, e disse que queria dar uma palavra, e aí alguns jornais vieram me perguntar. Era impossível jogar as penas da galinha no ventilador, como foi feito com essa coletiva. Como íamos juntar? A repercussão que houve, eu não gosto... Para mim soa como um crime contra a sociedade. Olhem o que diz o release. “Sem benefício clínico, a pesquisa é suspensa”. O texto, “o instituto suspende a entrada de novos pacientes”.

Eu fiz uma análise semântica, por causa da minha formação, e vou ler. “Embora o corpo do texto entregue à imprensa fale em suspender a inclusão de novos pacientes, o título destaca a suspensão da pesquisa. O que se configura em grave erro nas regras semânticas para divulgação de artigos científicos e nota prévia à imprensa. Sobretudo, era uma nota prévia, não um resultado. Essa última modalidade principalmente, deve apenas fornecer informações, sem oferecer detalhes que permitam entonações parciais.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Sem emitir opinião, então.

A SRA. REGINA MONTEIRO - Sim. O erro cometido, na minha análise, estou me colocando com todo esse papel porque é auditoria. Não posso dar opinião, tenho que me fundamentar em fatos. O erro cometido pela assessoria de imprensa do Icesp, a meu ver, não se revela um viés de má intenção, não creio. Mas pode ser considerado um grave erro e incompetência da assessoria, que precisa ser retificado publicamente, devido à repercussão errônea e incompleta ocorrida na sociedade através dos meios de comunicação, conforme destaca os principais jornais.

Peguei o cabeçalho de todos os jornais. “Instituto do Câncer suspende os testes devido ausência do benefício clínico”. Não procede, não foi avaliado. “Icesp decidiu suspender os testes, pesquisa suspensa”. Precisa rever isso aqui.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Na opinião da senhora, ele teria que se retratar perante a sociedade?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Acho que sim. Acho que numa reunião como essa, não sei se o colega vai ser chamado. Minha sugestão, e finalizo, não sei se vão me perguntar alguma coisa, mas como auditora minha orientação é essa. Fazer uma coletiva de imprensa para que haja explicação desses dados, uma retratação pública. E que se possa ter isso que falamos agora, como foi combinado o teste, o anúncio, seja pelo executor da pesquisa ou pelos auditores. Essa é minha sugestão.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Dando continuidade, Sr. Presidente. A senhora tem ciência que o investigador principal, Paulo Hoff... No estudo de protocolo apresentado ao Conep, foi apresentado três cápsulas para serem atribuídas ao mesmo tempo ao paciente. Se foi dado às dez da manhã, ele ia ingerir as três cápsulas nesse horário. E não como era o trivial de 20 anos; de manhã no café, após o almoço e após o jantar. A senhora participou disso ou foi uma decisão unilateral do investigador principal?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Não participei, porque essa discussão não procede no achismo. Não é uma questão de opinião, teria que ter sido feita a farmacocinética. Eu não participei.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Não tenha dúvida. Mesmo nós sabendo que teria que fazer a farmacocinética, ele não atribuiu àquilo que se fazia durante 20 anos. E tomou uma decisão de achismo de dar três pílulas ao mesmo tempo sem saber se isso teria fundamento ou não, lidando com vidas humanas e entes queridos que obviamente confiaram nessa pessoa.

A SRA. REGINA MONTEIRO - Não vou me pronunciar, porque não acompanhei.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Ok. A senhora tem algo a mais que possa contribuir com essa importante CPI, que a senhora não foi questionada ou perguntada? Algo pertinente que queira comentar?

A SRA. REGINA MONTEIRO - Acho que até já falei antes. Eu acho que a pesquisa não tem condições de revelar nada sobre... É aquela história da estatística, que também foi comentada com o colega. Ele concorda, “mas é o método que temos”. Mas é assim, se você está estudando, teve vários incêndios na cidade de São Paulo. A estatística vai nos dizer quantos incêndios teve, e talvez nesse caso vai medir o tamanho das chamas com fita métrica. Não diz nada do porquê dos incêndios, como fazer para tratá-lo. São coisas muito genéricas. O método estatístico é válido sim, mas mais genérico do que quando queremos estudar o metabolismo de um tumor.

Minha última palavra é essa. Acho que a pesquisa não deve proceder, esse método não tem condições. E seria importante, sobretudo, uma retratação na imprensa para que as pessoas não fiquem... Repito e concludo, sempre terá quem seja a favor e quem seja contra, terão sempre os vários lados. Mas é um dado de fato, e na sociedade isso acontece. Diante da minha consciência e do juramento, coloquei informações do que eu observei. Minha ética também não derruba ninguém, estou aqui olhando de um lado e vocês deixam muito claro que é o dinheiro público, e do outro o sofrimento dos pacientes. Esses sim, eu tenho compromisso com eles. Muito obrigada.

O SR. RICARDO MADALENA - DEM - Quero agradecer pela participação da Dr. Regina Monteiro, que colaborou muito com nosso relatório que será apresentado até o final de março. E dizer aqui em público que esta CPI continuará apurando com responsabilidade, imparcialidade e transparência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Agradeço a presença de todos os pares e da Sra. Regina. Dizer que sou cartesiano, e meu raciocínio é linear. Todo esse assunto me deixa extremamente confuso, principalmente pela sequência. No dia 31 de outubro de 2016 foi declarado encerradas as pesquisas, e elas continuaram. Vi documentação depois de abril de 2016 pedindo orientação sobre a dosagem, e o professor respondeu por escrito dizendo que essa dosagem deveria ser

determinada através de farmacocinética. Não teria outra maneira de determinar. E que a dosagem recomendada era de um jeito e foi feito de outro.

E que agora, recentemente, em vista ao Icesp, com sua presença, eles nos informaram que a pesquisa continua, mas que o secretário David Uip já dispensou o professor Salvador que trabalhava na produção da síntese da fosfoetanolamina. Então vemos o seguinte, fica muito bem evidente a falta de compromisso em cumprir pelo menos uma coisa que estava escrita, que era o protocolo. E também quando o governador Geraldo Alckmin autorizou o início das pesquisas, na mesa foi falado que haveria uma despesa na ordem de cinco milhões de reais. O governador autorizou.

E na fase de elaboração do projeto, de aprovação da pesquisa, nós fomos informados de que houve uma exigência, ou da Anvisa ou de alguém, de que o paciente receberia uma ajuda de custos para seu transporte diário e sua alimentação. O paciente teria direito a levar um acompanhante. Chegou aos nossos ouvidos que seria uma despesa estimada em mais de três milhões de reais, e que de certa forma o governador também autorizou. Quando essa CPI se instalou, graças a proposta do nosso deputado Rafael Silva, fui convidado para participar, ele abriu mão da presidência e o deputado Ricardo Madalena assumiu a relatoria. E começamos os trabalhos. E o presidente, deputado estadual Pedro Tobias, oncologista há mais de 40 anos, fez um belo discurso no plenário desta Casa, dizendo que esse assunto era para ser tratado na universidade, no ambiente científico de pesquisa, e que já tinha sido gasto mais de 40 milhões de reais na pesquisa.

Fiquei surpreso, porque semana passada em visita que fizemos ao Icesp, nos foram apresentadas as despesas. As pílulas foram pagas à parte pela Secretaria da Saúde, pela PDT. O professor Salvador trabalhou pago pela universidade. E os gastos contabilizados, a Secretaria da Saúde liberou um número em torno de 300 mil reais em dinheiro ao Icesp, e até agora gastaram 94 mil reais. Então estou meio confuso ainda, preciso voltar para o primário e minha professora de matemática me explicar um pouco mais onde estou errando, e rezar um pouco também para que Deus ilumine e eu entenda isso tudo.

Muito obrigado. Está encerrada a sessão.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Sr. Presidente, antes de encerrar quero dizer que hoje o encontro foi brilhante. E ontem meu filho me perguntou em Ribeirão Preto, “e a CPI, está funcionando bem?”. Eu falei que está melhor do que se eu estivesse no

comando. Nós temos um presidente e um relator que estão fazendo melhor do que eu faria. O senhor falar do Descartes, e ele explica essa matemática. Ele nasceu em 1596 e morreu em 1650. Ele tinha uma afirmação que entendia ser irrefutável, “penso, logo existo”. Só pensa quem existe. Ele falou que é uma verdade absoluta.

A SRA. REGINA MONTEIRO - No seu caso é “penso, logo desisto”.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - A senhora foi brilhante e enriqueceu essa conversa. A senhora vai adiante e volta aqui. Gosto muito de psicologia, estudo há mais de 50 anos por conta própria. E a senhora nessa área de psiquiatria, em sociologia e filosofia também. A senhora abrange tudo. Parabéns, a senhora é maravilhosa.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Obrigado. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.